


UM BICHO DA TERRA, DE AGUSTINA BESSA-LUÍS: MULTIPLICIDADE, HISTÓRIA E SENTIDO DO TRÁGICO

***Um bicho da terra*, by Agustina Bessa-Luís: multiplicity, history and meaning of tragic**

Rodrigo Valverde Denubila

<https://orcid.org/0000-0002-4935-303X> 

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,
MG, Brasil. 38408-144 – rodrigo.denubila@ufu.br

Resumo: Em *Um bicho da terra*, Agustina Bessa-Luís biografava Gabriel-Uriel da Costa ao passo que realiza a análise da existência histórica, filosófica e psíquica do filósofo português nascido em 1585 e que se suicida em 1640. A autora o entende como marcado pelo “sentido do trágico”, por essa razão, adotamos tal expressão como trajetória exegética a ser percorrida para investigarmos o motivo pelo qual a escritora portuguesa a estabelece como hipótese de leitura do sujeito biografado. Nesse percurso, igualmente, investigamos elementos da poética da autora com base nas discussões sobre o romance como enciclopédia aberta, por conseguinte, sobre a multiplicidade com base nas reflexões de Italo Calvino presentes em *Seis propostas para o próximo milênio*.

Palavras-chave: Agustina Bessa-Luís; *Um bicho da terra*; Trágico.

Abstract: In *Um bicho da terra*, Agustina Bessa-Luís biographs Gabriel-Uriel da Costa while performing the analysis of historical, philosophical and psychic existence of the philosopher Portuguese born in 1585 and suicidal in 1640. The author understands it as marked by “the meaning of the tragic”, for this reason, we adopt this expression as an exegetical trajectory to be traveled to investigate the reason why the Portuguese writer establishes it as a hypothesis for reading the biographed subject. In this course, we also investigate elements of the author's poetics based on the discussions about the novel as open encyclopedia, therefore, about the multiplicity based on the reflections of Italo Calvin presents in *Six proposals for the next millennium*.

Keywords: Agustina Bessa-Luís; *Um bicho da terra*; Tragic.

Introdução

*No mar, tanta tormenta e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida;
Na terra, tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade avorrecida!
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o Céu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno?
Camões (I, 106, grifo nosso)*

A presente reflexão se debruça sobre a biografia romanceada *Um bicho da terra*, de Agustina Bessa-Luís, sobre Gabriel-Uriel da Costa, filósofo português nascido em 1585, no

Porto, e que se suicida em 1640, em Amsterdã. Sublinha-se que não investigamos os escritos do pensador português, mas, sim, o modo como a biógrafa leu o tempo histórico e a existência do biografado tomando como eixo a hipótese de uma existência marcada pelo sentido do trágico.

Enquanto apresenta dados contextuais e filosóficos qualificadores do século XVI e XVII, a autora investiga, em primeiro plano, a camada existencial e psíquica de Gabriel-Uriel da Costa – Gabriel consiste no nome católico; Uriel, o judeu. Em segundo plano, o leitor se depara com um texto que interroga mentalidades, como a da comunidade sefardita; a da Igreja Católica; a dos reis da casa de Avis, com Dom João II, Dom Manuel, Dom João III; a do período filipino da dinastia de Habsburgo em Portugal, com Felipe I, Felipe II, Felipe III; e a do liberalismo na Amsterdã do século XVII. Mas existe também outra mentalidade fundamental, a da autora, a qual está mergulhada pelo sentido do trágico, sendo esse lido como qualificador da existência, assim como ganha espaço a ponderação sobre o filosofema mal.

Dessa forma, Agustina Bessa-Luís (1984, p. 71) realiza análise literária do filósofo português visando à compreensão de um tempo marcado por rupturas sociais a partir da ascensão da burguesia, por modificações culturais oriundas do advento do mundo moderno: “Gabriel é um dos raros personagens situados numa informação etnográfica portuguesa que está apoderado do sentido da tragédia”. Tomando essa oração como eixo desencadeador de postulações, interroguemos: Como interpretar a expressão “estar apoderado do sentido da tragédia”? O sentido da tragédia se manifesta no trágico, surge desse modo, outra interrogação: O que é o trágico?

Ao longo desta reflexão, voltaremos a essa inquirição, pois, nas primeiras páginas do terceiro capítulo, a autora revela o mecanismo epistêmico que baliza a interpretação tecida:

O sentido trágico não é para ele [Gabriel-Uriel] resultado duma educação agressiva no intuito de se obter controlo sobre o que se chama o lugar dos sonhos, cuja figura ideal seria portanto a da passividade; o que produzia o sentimento da tragédia era, não a morte dos sentidos, mas a fascinação da perda irremissível do poder criador, da aptidão a decidir por si mesmo como personagem histórica. É aqui se prende todo o tema de Uriel, de facto uma falsa teologia ou uma teologia da fascinação. (BESSA-LUÍS, 1984, p. 71)

Identificamos, no excerto, acima a concepção de que a alma de Gabriel-Uriel estava dividida pelo *téllos* (*télos*) do catolicismo e o do judaísmo. Ou seja, a perspectiva religiosa funciona como fonte capaz de dotar a existência de sentido. A religião simboliza, portanto, meio para estabelecer valor a uma identidade pessoal, para atribuir sentido ontológico e ôntico devido à adoção de significados para a vida terrena e após a morte. Todavia, entre catolicismo e judaísmo, há a personagem histórica que pensa, questiona e se questiona. Assim, encontra abismos e cisões, o que nos leva a outra interrogação: Quanto os indivíduos estão dispostos a terem convicções postas em dúvida? Como questionar dogmas? Nesse processo, o debate e o embate de duas religiões – as quais o preenchem e o condenam - fomentam a manifestação do trágico na vida e na consciência de Gabriel-

Uriel da Costa a ponto de ele alterar o próprio nome.

A união de opostos e os contrastes estão graficamente explicitados pelo uso do hífen em Gabriel-Uriel. O substantivo composto para o nome próprio demarca uma alma cindida pela educação católica empreendida pelos jesuítas, representada pela figura do pai Bento da Costa Brandão, e o sentimento de pertencimento à comunidade cultural e religiosa judaica, simbolizado pela mãe Branca da Costa Brandão. Nessa dicotomia, o ventre judeu fala mais alto. Gabriel abandona os planos de ser padre e se converte ao judaísmo, o que não significa esquecer a educação jesuítica. No plano sócio-histórico, ocorre o aumento da repressão religiosa nos anos de atuação do Tribunal do Santo Ofício, sendo tal ponto um dos fatores que faz com que família Costa Brandão saia de Portugal e que migre para Holanda. Em 1536, Dom João III instaura a inquisição no território luso e os primeiros autos-de-fé ocorrem a partir de 1540.

Antes de empreendermos a percepção do trágico, em um primeiro momento, precisaremos destacar dois aspectos qualificadores da poética agustiniana, a feição enciclopédica e a importância da dúvida. Esses fomentam a multiplicidade e fazem com que a História e seres históricos sejam revistos por tais mecanismos. Após a discussão desses dados qualificadores do fazer literário de Agustina Bessa-Luís, realizam-se apontamentos sobre os percursos de Gabriel-Uriel, outros membros da família Costa Brandão e de fatos particulares daquele momento. Arelado à exposição de traços da estética da romancista, cabe destacar que uma das formas de compreender o trágico consiste na constatação da existência de interrogações irreconciliáveis entre si. Eis o tema de Uriel, conforme abordaremos, a matéria da obra e da vida dele, segundo o ponto de vista da romancista.

Em movimento de expansão de círculos, caro ao romance como enciclopédia aberta, frisa-se que à medida que ocorre o inventário dos percursos de uma família de cristãos-novos do século XVI e XVII, concomitantemente, acontece a reflexão sobre espaços como as cidades do Porto e de Amsterdã, sobre figuras históricas da monarquia lusa e espanhola, bem como, em maior grau, em lógica maximalista, sobre Estados como Portugal, Espanha, Holanda e Alemanha. No entanto, uma consciência que assume o limite da percepção quando pondera sobre cada um desses pontos-rizoma. O narrador de Agustina Bessa-Luís assume a insuficiência para compreender algo fora das suas camadas subjetivas, conforme expresso na primeira sentença da biografia romanceada: “O Porto, no século XVII, *eu* não sei como era” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 13, grifo nosso). Ao não saber como era, ocorre a multiplicidade de possibilidades de se pensar como o Porto, no século XVII, poderia ser, assim como os poderia ser de Gabriel-Uriel. Demarcando o ângulo pessoal da percepção, a escritora sublinha quais itinerários percorrerá e como o fará para abordar “o tempo de Uriel” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 7) utilizando, portanto, não uma consciência marcada pelo entendimento, mas sim pela dúvida, o que retoma aspectos envolvidos na reflexão do trágico.

Em uma espécie de nota de advertência ao leitor – grafada toda em itálico – que abre



o romance-biografia, a autora avisa que para escrever sobre o filósofo português, ela precisa “merecer Uriel da Costa antes de encarar a última realidade que é produzir a obra munida de significado” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 7). O que significa merecer Gabriel-Uriel da Costa? Entender o seu tempo? Entender a consciência? Aceitar cisões? Reconhecer o relativo, pessoal e parcial de toda interpretação?

Por essa razão, Agustina Bessa-Luís (1984) acentua as insuficiências inerentes aos elementos utilizados para entender um tempo e uma vida, uma vez que se demarca a “intervenção silenciosa que reina sobre o arbitrário da obra realizada” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 7). O termo arbitrário demarca o caráter do que não segue regras ou normas, que não tem fundamento lógico, que depende da vontade ou do arbítrio daquele que age, mas, acima de tudo, aquilo que não tem uma norma moral de validade universal. Portanto, os restos do passado existentes no tempo presente surgem como insuficiência e abertura, dado que os conteúdos estão abertos a interpretação, ao arbítrio de um eu presente em outro tempo histórico, o qual pondera e analisa um outro tempo e outras mentalidade e que, por conseguinte, não possui a capacidade de entendê-los em profundidade, logo, vale-se de hipóteses. Eis um dos mecanismos-chave responsáveis pela força argumentativa de *Um bicho da terra*, assim como responsáveis pela manifestação da multiplicidade e da dúvida como método para ler uma existência de Gabriel-Uriel da Costa e para ler o texto agustiniano enquanto marcado por traços do romance como enciclopédia aberta.

Enciclopédica e interrogativa Agustina

Tais traços qualificam a poética de Agustina Bessa-Luís: (i.) extenso conjunto enciclopédico; (ii.) força da dúvida construída pela pulverização de questionamentos. Esses procedimentos funcionam como mecanismos para refutar narrativas acabadas, para assinalar o arbitrário de toda convenção, bem como para multiplicar vozes. A modulação do discurso, a manifestação do limite cognoscente e o acréscimo de perspectivas, na maioria dos casos, ocorrem pela adoção de orações entre parênteses e pela multiplicação de interrogações. Esses mecanismos estruturantes criam um discurso literário exigente, cerebral, múltiplo, o que convoca o aspecto enciclopédico da produção da autora portuguesa. Por esse motivo, adotamos este apontamento do narrador de *As pessoas felizes*, de 1976, como síntese do fazer literário da romancista portuguesa: “Não há uma resposta que não se possa transformar numa pergunta” (BESSA-LUÍS, 2006, p. 90).

Ao transformar respostas em outras perguntas, o discurso permanece aberto à medida que ontologias não se definem, em que não há o estático, mesmo para uma vida acabada, por conseguinte, o inacabado surge como traço da cosmovisão agustiniana. Nesse sentido, *Um bicho da terra* se abre com uma nota avisando que enquanto houver leitores para os textos do filósofo português, o arbítrio se fará presente, o qual, igualmente, vale para a produção da autora lusa. Lemos o termo utilizado como mecanismo para salientar a subjetividade dos juízos.

Agustina Bessa-Luís publica a primeira obra em 1948 e a última em 2006. Em quase



sessenta anos de produção, revisitou fatos e personalidades marcantes da história portuguesa: o caso de Dom Pedro e Inês de Castro, Marquês de Pombal, Florbela Espanca, Salazar, Fanny Owen, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Gabriel-Uriel da Costa – apenas alguns exemplos de ampla lista. Em maior grau, o grande personagem da produção agustiniana é Portugal, principalmente, a partir dos finais da década de 70, quando assinala, na introdução à *Santo António*, outra biografia-romanceada sobre o santo, a necessidade de adotar lentes mais relativistas para a discurso histórico. Ao investigar e inventariar aspectos da cultura portuguesa, a romancista concretiza um movimento que parte do micro (os objetos, a casa, a província) para o macro (a História da nação). Manifestando, dessa forma, um dos traços importantes do romance como enciclopédia aberta.

Em *Seis propostas para o próximo milênio*, no último capítulo intitulado “Multiplicidade”, Italo Calvino (1990) discorre sobre o romance como enciclopédia aberta retomando Flaubert, Musil, Proust, Carlo Emilio Gadda, Goethe, Thomas Mann, George Perec para demonstrar os componentes qualificadores dessa estruturação romanesca. Apesar de não listado, identificamos estes pontos como qualificadores da arquitetura romanesca enciclopédica: a) romance como método de conhecimento, como rede capaz de ligar fatos, pessoas e coisas do mundo; b) desordem como negação da teleologia e responsável pela feição labiríntica; c) excesso de informações; d) ligação entre pontos espaços-temporais como tentativa de recriar esteticamente o processo mnemônico; e) a acumulação do pormenor; f) inacabado e aberto; g) fracasso da ambição de propósitos do romance como enciclopédia aberta oriundo do projeto maximalista de abarcar tudo, desde o micro até o macro, visando a dar conta de toda a realidade; e, por último, h) apresentação de conceitos.

Muitos desses componentes, conforme apontaremos ao longo desta ponderação, estruturam *Um bicho da terra*. Como pontuado, a nota de abertura avisa que o leitor está diante de uma obra que cria uma rede de conexões entre as muitas existências que circundam Uriel da Costa ao valorizar o arbitrário, ou seja, a particularidade dos juízos daquele que produz o texto e daqueles que o interpretarão. A imagem do rizoma precisa, portanto, fazer-se presente para auxiliar no entendimento de pontos da biografia romanceada, como o excesso de informações históricas, filosóficas e conceituais apresentadas.

A autora estabelece como recurso-chave estilístico a pluralidade de caminhos propostos, o que, outrossim, implica no surgimento de características barrocas, as quais qualificam o estilo da escritora. Os leitores se deparam com itinerários labirínticos, em que cada desvio convoca pluralidade de informações. Afinal de contas, a nota de abertura assinala o arbítrio que a fomenta, logo, as sendas possíveis. E, assim, notamos um estilo de escrita caracterizado pela acumulação do pormenor acentuado por *cada* desvio, ou seja, pelo transmutar de respostas em novas perguntas. Decompõem-se as cadeias semânticas que envolvem as pessoas e as coisas do mundo, as quais podem ser desde objetos, como a emblemática cadeira de balanço de Quina, em *A Sibila*, que permite o desencadear

mnemônico de Germa, mas também a rua de uma cidade. Ao indivíduo que se interroga, cabe perceber os labirínticos caminhos em que as ideias se apresentam e ao percorrê-los as errâncias surgem, o se perder, a multiplicidade e o aceitar da dúvida, com isso igualmente surgem a multiplicidade de informações, o excesso.

No fim do primeiro parágrafo, avisa o narrador: “Este livro trata da presença. Sem ela, tudo era disperso e a cidade não chegava a ser comunidade, lugar onde a vida e a morte têm significado” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 13). Se um dos traços qualificadores do romance como enciclopédia aberta consiste na identificação de conceitos, o referido manifesta o primeiro utilizado para demarcar como os entes ganham *entidade* e história, preenchidos por discursos e pelo espaçotemporal. Ou seja, tudo que materialmente existe deforma a linha espaçotemporal e pode ser embebido de significação. Por essa razão, a romancista utiliza da *Rua de São Miguel do Porto* para estabelecer os rizomático caminhos da narrativa dos judeus na Península Ibérica.

Esmiuçar entes equivale notar o jeito que as coisas do mundo foram carregadas de sentido não ontológico, mas sócio-histórico, munidas de História e que, por isso, podem evocar os tortuosos caminhos da memória. O chá de tília e a *madeleine* causam desencadeiam, no narrador de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, uma cadeia associativa de acontecimentos por intermédio do reencontrar espaçotemporal e de narrativas com base, por exemplo, no nome de uma rua. Um simples nome guarda séculos de História, contudo para vislumbrá-la caminhamos pelas errâncias. Leiamos este trecho de Italo Calvino (1990, p. 126) para estabelecermos as relações:

A rede que concatena todas as coisas é também o tema de Proust; mas em Proust essa rede é feita de pontos espaço-temporais ocupados sucessivamente por todos os seres, o que comporta uma multiplicação infinita das dimensões do espaço e do tempo. O mundo dilata-se a tal ponto que se torna inapreensível, e para Proust o conhecimento passa pelo sofrimento dessa inapreensibilidade.

No segundo parágrafo do primeiro capítulo de *Um bicho da terra*, o narrador realiza deslocamento similar, quando focaliza a Rua de São Miguel do Porto. Em 1492, cerca de trinta famílias judias expulsas de Castela e de Aragão são recebidas na cidade portuguesa e passam a morar nas “casas que a cidade cedera” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 13) na referida rua. Quem aceita os judeus expulsos de Castela e de Aragão e cobra por isso é Dom João II, lido pela história como o príncipe perfeito. Sobre esse acontecimento histórico, em *História de Portugal*, Nuno Gonçalo Monteiro (2015, p. 204) entende que:

De permeio, em 1492, na sequência da sua expulsão das coroas de Castela e de Aragão, o rei aceitou, contra a maior parte das opiniões expressas sobre o assunto e mediante o pagamento de uma elevada contribuição, não só a passagem pelo reino dos judeus expulsos, mas ainda a permanência no mesmo de alguma centena deles. Embora nem sempre destacado, foi um acontecimento marcante da História do reinado, pois constituiu o prelúdio para algumas das mais relevantes evoluções posteriores da sociedade portuguesa.



Antes de apresentar Gabriel-Uriel da Costa, Agustina Bessa-Luís (1984) esquadrinha o ente Rua de São Miguel para engendrar a aberta rede que concatena todas as coisas pelo liame entre os pontos espaçotemporais, à maneira de Marcel Proust, que concatenam narrativas, Histórias, objetos, pessoas e que, por conseguinte, dão forma ao romance como enciclopédia aberta. Portanto, a partir da materialidade da presença, elementos são decompostos em níveis de sentido ôntico e ontológico. Essa dinâmica exige que o leitor, constantemente, entenda que o texto apresentado não é objeto acabado. No caso de *Um bicho da terra*, a narrativa lógica e causal de uma vida construída de maneira sequencial dá espaço ao texto-rizoma. Por essa razão, a romancista pede aos leitores para aceitarem o arbitrário. Advém assim o movimento entre a materialidade do texto biográfico e o além dele. Entre o ir e o vir de informações, a construção da arquitetura do romance como enciclopédia aberta acontece. O nome de uma rua conta parte significativa da história dos judeus na Península Ibérica. Vamos do micro ao macro.

Identificar a produção agustiniana como enciclopédica consiste, portanto, em reconhecer que inventariar, arquivar e preservar são verbos fundamentais aos romances de Agustina Bessa-Luís, conforme ocorre em *A Sibila*, de 1954, obra marcada pelo anseio de registrar e de literariamente armazenar o modo de ser da sociedade rural do Norte de Portugal em transformação. Salientando a importância das ações expressas por esses verbos, *Um bicho da terra* inventaria, arquiva e preserva a história dos judeus na Península Ibérica, mas também a história da perseguição contra eles. Perseguição que os coagiram a se batizar na fé católica a ponto de serem chamados de cristãos-novos ou marranos, como a família de Costa Brandão, e que os obrigaram a esconder a continuidade das práticas religiosas judaicas.

Pela escolha estrutural empreendida pela biógrafa, no primeiro capítulo, fica claro que antes de conhecer o percurso da família Costa Brandão é necessário se atentar à História do povo judeu na Península Ibérica. Conhecer o antes é fundamental para compreendermos as narrativas imbricadas aos elementos da rede espaçotemporal “feita de pontos espaço-temporais ocupados sucessivamente por todos os seres, o que comporta uma multiplicação infinita das dimensões do espaço e do tempo” (CALVINO, 1990, p. 126).

Com isso, compreendemos como os entes do hoje foram dotados de sentido pelas narrativas do ontem. Apenas feito esse movimento, o narrador apresenta os pais de Gabriel-Uriel da Costa: “Bento da Costa, com sua mulher Branca, dos Roiz da Espanha, soberbos do sangue de Judá que lhes correria nas veias, tinha morada na referida Rua de S. Miguel, antigo bairro israelita, onde as trinta famílias nobres vindas de Castela se instalaram em 1492” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 15). Antigo bairro israelita por quê? Eis que outros caminhos se abrem.

História das histórias

Para responder os questionamentos propostos, precisamos retomar a História portuguesa, conforme realiza o narrador de *Um bicho da terra* após apresentar a Rua de



São Miguel. A vinda dos antepassados de Gabriel-Uriel da Costa para Portugal e as decisões da família Costa Brandão orbitam entre as ações régias de Dom João II (1481 – 1495), Dom Manuel I (1495 – 1521), Dom João III (1521 – 1557), bem como as do período filipino português (1580 – 1640). Decisões monárquicas alteram o destino dos judeus na sociedade lusa. Por outro lado, como destacou Nuno Gonçalo Monteiro (2015), eles igualmente modificaram a sociedade da Península Ibérica. Agustina Bessa-Luís (1984) adota similar percepção, pois um dos argumentos de *Um bicho da terra* consiste em assinalar como a diáspora judaica, no século XVII, acompanhou o desenvolvimento do sistema bancário. Quando o narrador discorre Jácome e João, irmãos de Gabriel-Uriel, esse ponto surge, haja vista que aquele se torna banqueiro em Amsterdã. Ganha espaço também outra temática característica das produções agustinianas, o poder do dinheiro como meio de comprar e garantir respeito.

A fortuna de Jácome construída em Amsterdã fez com que ele terminasse o romance-biografia quase como um príncipe. Manifesta-se, desse modo, a sociologia das virtudes, essencial ao Iluminismo Britânico, segundo Gertrude Himmelfarb (2011), em *Os caminhos da modernidade*. Se por um lado, os reais príncipes de Portugal, com nobreza de sangue, passavam dificuldades financeiras, até a descoberta de ouro e de diamantes nas terras da colônia Brasil, riquezas essas que criam a ficcional aparência de grandiosidade da monarquia lusa dos Bragança demonstrada pela construção do Palácio Nacional de Mafra, por Dom João V; por outro lado, os barões do dinheiro construíram a sociedade de Amsterdã no século XVII por uma lógica liberal e monetária. Precisamos, outrossim, destacar que a lógica bancária significa mecanismo de modernização social.

O implícito do argumento liberal e materialista conectado ao sistema bancário recai no fato de que famílias sefarditas teriam enriquecido, desenvolvido e modernizado Portugal, caso não fossem expulsas. Se ocorresse a mesma percepção acerca dos judeus de Dom João II em Dom João III, o destino de Portugal seria outro. Nesse sentido, não à toa, anos mais tarde, Antero de Quental identifica o catolicismo como uma das causas da decadência lusa, haja vista que aqueles que desenvolveriam a economia local pela lógica modernizante do capital e pelo liberalismo foram expulsos e construíram riquezas fora.

Portanto, as decisões de Dom Manuel I e Dom João III, mais duras em relação à população judaica, bem como o aumento da educação jesuítica lançam luz, segundo Oliveira Martins (1991, p. 308-309), em *História de Portugal*:

As leis de D. João III, que não deixavam sair do reino os judeus sem fiança, leis abolidas por D. Sebastião para ter dinheiro com que fosse morrer em África, tinham sido revalidadas em 1580 e em 1587 pelo Cardeal-rei Filipe I. No tempo do segundo Filipe, a pobreza do tesouro obrigara a tributar o sal (1601); e os judeus, esperando muito da política mais livre do novo rei, ofereceram-lhe cento e sessenta mil cruzados pela revogação das leis. Bem ouvidos, cresceram-lhe as esperanças. Decuplicando a oferta, pediram uma absolvição geral, e que os declarassem aptos, como quaisquer cidadãos, para todos os ofícios, cargos e honras. Quando o Portugal beato soube que Lerma, em Madrid, dava ouvidos às tentações dos judeus, a velha alma

católica rugiu; e por um momento se receou a repetição de cenas antigas. Nem a miséria, nem as vergonhas, nem o duro império do soldado estrangeiro tinham podido acordar o povo da sua indiferença humilde e morta; mas o ódio antigo aos judeus possuía ainda o condão de o excitar. Jesus seria mais uma vez vendido: os castelhanos eram Judas.

A perspectiva jesuítica, sendo esta outra das causas da decadência lusa pelo olhar do poeta Realista, acende a “velha alma católica” e o “ódio antigo aos judeus” característicos de Portugal. E, assim, para desenvolver a economia lusa ganha força (novamente) o olhar lançado para fora, em especial, para África. No fim do século XIX, o simbólico pegar o chicote e partir para as colônias africanas realizado por Gonçalo Ramires, personagem de *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, ratifica um ideário colonialista que entende que a fortuna se faz fora e não em Portugal.

Em contrapartida, a partir do século XVII, o liberalismo holandês fomenta a construção da comunidade sefardita em Amsterdã, em escala crescente, desde 1595, concomitantemente, a modernização da economia e do sistema financeiro da Holanda. Nesse período, as ações holandesas de invasão do Recife brasileiro, bem como de outros territórios portugueses e espanhóis são sustentadas pelos interesses judaicos. Os jogos de poder empreendidos envolvem práticas políticas, econômicas e religiosas. Por mais perseguidos que os judeus fossem, eles sabiam como alterar a balança a seu favor sempre que as situações permitissem. Em *Um bicho da terra*, as ações de João quer em Hamburgo, na Alemanha, quer em Recife, no Brasil lançam luz a essas questões.

Outro ponto presente na discussão monetária é que a reiterada necessidade de mudança de território – devido às perseguições constantes – fez com que os judeus desenvolvessem o sistema bancário. Foi uma forma de eles conseguirem dar liquidez ao patrimônio, quando precisassem fugir. Quando são proibidos por Dom Filipe II de vender seus bens e deixar o território português, em 1601, há toda uma trama econômica desenvolvida para que o capital dos Costa Brandão chegasse a banco de Amsterdã. O católico Jorge Mascarenhas, padrinho da mulher de Gabriel-Uriel da Costa, Francisca de Crasto, auxilia a família Costa Brandão nos disfarces burocráticos para enganar as autoridades monárquicas e fazer com que eles deixassem o Porto com dinheiro.

Nesse sentido, Oliveira Martins (1991, p. 308) destaca: “No meio da penúria universal, a antiga mina dos judeus não se esgotara ainda: era um úbere que não secava; e os monarcas espanhóis seguiram fielmente as tradições da torpe especulação portuguesa.” Os judeus foram espoliados tanto pela coroa portuguesa, quanto pela espanhola, além de sofrerem com aumento da perseguição religiosa pela presença de jurisdição eclesiástica.

Recuperando traços qualificadores do romance como enciclopédia aberta à medida que ponderamos traços constitutivos da poética de Agustina Bessa-Luís e de *Um bicho da terra*, entendemos que a rede espaço-temporal que concatena tudo se plasma, a qual sublinha o excesso de informações implícitas e necessárias para entendermos a decisão das personagens da obra de 1984 de ir para Amsterdã, por exemplo. Notemos que esse mecanismo composicional começa a ser desenhado a partir do nome da rua de São Miguel

do Porto. Portanto, a família Costa Brandão simboliza o micro do macro do que aconteceu com o povo judeu ao longo do século XVI e XVII. Retoma-se, outrossim, a lógica crescente cara à poética do romance como enciclopédia aberta. Evidencia-se como precisamos compreender a História presente na história de *Um bicho da terra*, conforme as primeiras páginas da obra põe às claras.

Em *O príncipe*, Maquiavel descreve o monarca centralizador típico do período renascentista e as ações desse em relação à corte, ao exército, à Igreja e aos aduladores. Na história lusa, Dom João II ocupa o posto de monarca típico desse momento cujas decisões visavam ao fortalecimento do poder monárquico. Fortalecimento esse ligado ao ganho monetário vindo quer das colônias, quer dos judeus. Conforme assinalado, o então rei aceita os judeus expulsos de Castela e de Aragão, em 1492, após o pagamento de uma soma em dinheiro. Nesse momento, os antepassados maternos de Gabriel-Uriel da Costa vão para Portugal. No entanto, Dom Manuel I não administrava o reino utilizando os mesmos moldes de seu antecessor. Em 1496, decide pela expulsão dos judeus e mouros que haviam recusado o batismo; em 1497, força o batismo de judeus maiores de 25 anos, aqueles que se recusavam eram separados de seus filhos.

A política de repressão aos judeus amplia-se durante o longo reinado de Dom João III. No ano de 1536, a Inquisição em Portugal começa e, com isso, a instauração da jurisdição eclesiástica no território luso. As atividades do tribunal do Santo Ofício começam, em 1539, com a nomeação do cardeal D. Henrique como inquisidor-mor¹. Em 1540, realizam-se os primeiros autos-de-fé em território português, bem como o estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal. Naquele momento, esse órgão religioso queima uma parente de Gabriel-Uriel. Branca da Costa Brandão, mãe de Uriel, relembra esse acontecimento em passagens do romance biográfico. Outro episódio emblemático é quando António Homem – amigo de Gabriel-Uriel da Costa – passa a ser caluniado e perseguido pela Inquisição a partir de 1611.

É certo que corria o processo de António Homem e ele contaminara a consciência dos cidadãos nos Costa Brandão. Primeiro trata-se, com toda a evidência, dum processo socrático, com acusações de «crime nefando», não praticado mas sugerido em trato com a juventude [...]. Algo apodrecera no reino encajado de Portugal. E os Costa Brandão empreendiam a viagem. (BESSA-LUÍS, 1984, p. 99)

Shakespeare, Dostoiévski e Kafka são escritores da predileção de Agustina Bessa-Luís. Quanto a este, nota-se a sutileza com que a descrição do caso de António Homem se assimila ao de Josef K. Em *O processo*, a personagem kafkiana é processada e condenada por algo que não sabe. Há presença de universo burocrático que aumenta a sensação de condenação absurda à medida que Josef K. tenta se defender de uma falta cometida, mas não esclarecida. António Homem sofre algo similar enquanto o tribunal do Santo Ofício da

¹ O cardeal Dom Henrique será o último rei da dinastia de Avis por conta da reviravolta sucessória causada pela morte de Dom Sebastião, em Alcácer Quibir, em 1578.

Inquisição o persegue sem razão clara, segundo a óptica da autora portuguesa. Um conjunto de ações burocráticas kafkianas marcam a história judaica desde a conversão obrigatória até o controle da circulação, com isso o absurdo da situação para impressionar, como o fato de que desde 1610 os cristãos-novos não poderiam deixar o território português. Todavia, apesar do aumento da repressão, a família de Gabriel-Uriel deixa o território luso, em 1616.

Em um primeiro momento, o que parece kafkiano ganha contornos que delimitam os interesses financeiros da coroa portuguesa e castelhana por trás das ações contra a comunidade judaica, já que a monarquia filipina – assim como anteriormente a de Avis – buscava meios de encher os cofres pela exploração dos judeus, tanto que Filipe II de Portugal e III da Espanha (1598 – 1621) instituiu a lei de 1610 que pilhava os bens dos judeus. Lei essa que atinge a família de Gabriel-Uriel da Costa.

Concomitantemente a essas ponderações, apreende-se que a perseguição a António Homem pode ser lida como uns dos aspectos também responsáveis por cindir a alma de Gabriel-Uriel. Esse caso abala a estrutura emocional e psíquica de Gabriel-Uriel da Costa a ponto de ele começar a ter delírios:

— Não me magoem. — Gabriel mostrava os pulsos onde dizia haver vestígios duma corda apertada. Os longos cabelos, molhados na brisa salgada, colavam-se às faces pálidas. Não tinha febre, mas parecia muito doente. As suas alucinações voltavam, e passava as noites inquieto. Gritava que “o atormentavam”, que sentia os pés arder sobre tições que o fumo claro, de lenha seca, subia até ao peito dele, como uma prova da benção de Deus. Era imolado, ao mesmo tempo fruto e bicho da terra, entregue ao altar do Senhor que recebia a sua oferenda impassível, em horrível significação de perdão, atrás de todo o senso, oculto para além da noite da razão. (BESSA-LUÍS, 1984, p. 101)

É corriqueiro, no conjunto literário agustiniano, cenas em que personagens-chave ficam doentes. Após a enfermidade, elas renascem modificadas. Isso acontece com Quina, de *A sibila*, assim como com Gabriel, que começa a se transmutar em Uriel, em um processo de abandonar a educação jesuítica para abraçar o judaísmo. Dentro da religião judaica, após Deus tocar alguém, esse ser precisa mudar de nome, Abrão para Abraão, por exemplo. Gabriel para Uriel.

Retomando o regime de historicidade inerente ao destino da família Costa Brandão, Dom João III é sucedido por seu neto Dom Sebastião cujo pai, o príncipe João Manuel, morre ainda quando a esposa Joana de Áustria estava grávida do “desejado”. Em 1578, o desejado se torna o encoberto. Alcácer Quibir enseja os acontecimentos que desencadeiam os sessenta anos de soberanos espanhóis no trono português, o chamado período filipino. No capítulo “Os Filipes”, escreve Oliveira Martins (1900, p. 307):

Incontestavelmente Portugal abdicara da independência; e a educação jesuítica, consagrando o resultado e desgraças do XVI século, apagara para todo o sempre a tradição antiga da nobre monarquia de Avis, agora perdida pelos desvios das serras no sonho de um D. Sebastião transfigurado, como

os flocos de névoa fugaz ainda errantes nos vales augustos, quando o sol vai doirando já as cumeadas.

Precedendo o período filipino, o Cardeal Dom Henrique sucede D. Sebastião depois da morte precoce do monarca; todavia, aquele falece em 1580 deixando o trono vago. Maria Manuela, tia de Dom Sebastião, era casada com Felipe II da Espanha e, por direito dinástico, o monarca espanhol recebe o trono luso e não há nenhuma Aljubarrota. Gabriel-Uriel da Silva nasce em 1585, durante o domínio espanhol e se mata em 1640, quando Portugal volta a ter um rei luso com Dom João IV da casa de Bragança. Muito do destino do filósofo português e dos judeus foi traçado pelas ações dos reis da casa de Avis, mas há impacto significativo das decisões da corte castelhana. Portanto, a política de extorsão empreendida pela corte de Madrid e pelo conde-duque de Olivares aumenta até se criar a condição de revolta para acontecer a restauração da monarquia portuguesa, mas quando isso ocorre, o destino trágico de Gabriel-Uriel se consolidava.

Gabriel-Uriel: uma existência apoderada pelo sentido da tragédia

Concentrando-nos no destino da família Costa Brandão, nota-se, no polo histórico como as ações de diferentes monarcas impactaram a família, conforme exposto. Da mesma forma, precisamos acentuar a construção de uma comunidade sefardita forte em Amsterdã com vínculos sociais, financeiros e religiosos. O narrador de *Um bicho da terra* entende que a história judaica equivale a uma melodia que “se desenvolve em diferentes tons, ligeiros ou moderados, redundantes ou dispersos” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 146). Direcionando o olhar, tons ligeiros e moderados, redundantes ou dispersos qualificam a melodia existencial de Gabriel-Uriel da Costa, pensador que foi fiel a si, como ser cindido e heterodoxo:

A cultura filosófica cristã, sobretudo a que fora ministrada pelos jesuítas, assim como a ação da filosofia judaica da Idade Média, iam constituir o fundamento primordial da heterodoxia que [Gabriel-Uriel] lavrou na comunidade amsterdamesa. As tendências cépticas que atribuíram ao judaísmo hispânico, empobrecido por uma era de perseguição que amadurece a dúvida tanto como estimula a resistência, mas a resistência sem fé, são afinal a natureza judaica em toda a sua verdade histórica. (BESSA-LUÍS, 1984, p. 195)

O amadurecimento da dúvida consiste em elemento-chave para compreender significativo aspecto da natureza judaica, assim como da poética agustiniana e do romance como enciclopédia aberta; contudo permitir a dúvida equivale conseguir se colocar em xeque, a transformar respostas em perguntas, logo, inquirir as estruturas epistêmicas, no meio delas, a religiosa com seus dogmas, constitutivas dos capitais simbólicos formadores da identidade de um ser. O “fundamento primordial da heterodoxia”, as atitudes que contrariam padrões, normas ou dogmas estabelecidos estruturam o pensamento de Gabriel-Uriel, sendo esse uma contraforça caótica realiza dentro da ordem dos preceitos religiosos. Ainda quando focalizando a religião judaica formada por 613 mandamentos,



desses 365 estabelecem proibições e 208 punições. Se Abraão equivale ao ente carismático, que obedece ao mando divino sem titubear, conforme o episódio do sacrifício de seu filho Isaque; Moisés, por outro lado, representa o peso das leis divinas.

Ordem dos dogmas que não podem ser abalados pela heterodoxia, por outro ângulo, pelo caos das perguntas sem resposta, das incertezas e das dúvidas, de certa forma, pelo sentido do trágico, por isso: “É de supor quanto embaraço constituíra, no seio desta sociedade mítico-comercial, uma pessoa como Gabriel, o anjo da desordem” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 103). No fundamento da tragédia, a desmedida faz parte da *poiētikós* desse gênero literário, pois instaura a desordem, como Gabriel-Uriel o faz em *Propostas Contra a Tradição* (1616), *Exame das Tradições Farisaicas* (1624) e *Exemplar vitae humanae* (1640). O título do primeiro ensaio confere densidade semântica no desejo do filósofo português de questionar o inquestionável e as consequências disso. Ser o anjo da desordem denota ser quem porta o desarmônico e a refutação da ordem. Pela capacidade analítica, sujeitos como o autor das *Tradições Farisaicas* desafinam a melodia, retomando a metáfora do narrador agustiniano, porquanto instauram força caótica oriunda de consciência mergulhada na inquirição, o que, conseqüentemente, facultou o “sentido da tragédia” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 70) e do destino trágico.

No início do segundo capítulo de *Um bicho da terra*, Agustina Bessa-Luís (1984, p. 39) escreve: “Gabriel da Costa assistiu a essa tragédia que é amar-se a religião e detestar-se a disciplina que ela impõe”. Nessa oração, aparecem dois elementos que guiam a leitura do percurso existencial de Gabriel-Uriel da Costa: o caráter trágico e o dogmatismo religioso. Aquele acentua a dúvida; este aspira à negação do incerto pela ordem, isto é, visa a anular a interrogação pela imposição de uma teleologia. Amar a religião, de certa forma, consiste em amar o sentido enquanto detestar a disciplina consiste em questionar a ordem, em reconhecer o arbitrário.

Em *A tragédia grega*, Albin Lesky (2006) assinala que ela enquanto fenômeno histórico está presa ao contexto da democracia ateniense do século V a.C.; por outro lado, a concepção trágica – modo de conceber a existência – continua como conceito aberto, o que lança luz ao caráter transistórico do conceito para qualificar a existência. O referido pesquisador assinala: “É da natureza complexa do trágico o fato de que, quanto maior a proximidade do objeto, tanto menor é a possibilidade de abarcá-lo numa definição” (LESKY, 2006, p. 21). Não há, portanto, um conceito fechado, mas sim diferentes possibilidades reflexivas sobre esse conceito transistórico, isto é, a condição trágica pode se manifestar de diferentes formas, mas causar similares efeitos, como a ideia dos homens como brinquedo dos deuses ou do acaso, a ausência de explicação completa e irrefutável para os sofrimentos e acasos da vida.

A condição trágica se manifesta na tragédia, mas também a transcendente. Quanto a esta, na qualidade de gênero dramático, as personagens cometem faltas graves, em muitos casos, inocentemente, conforme acontece com Édipo. Eis uma forma como o trágico se manifesta conforme se buscam respostas para as razões do sofrimento das

personagens trágicas. Apesar da ausência de intencionalidade, em alguns casos, faltas são cometidas e carecem de punição, pois o desenlace envolve à punição resultante da transgressão.

Na falta consciente, pode ocorrer o embate entre dois certos, os quais se anulam e se condenam, como em *Antígona*. Nessa tragédia de Sófocles, há o correto de seguir as leis do Estado representadas por Creonte e de respeitar os deveres religiosos fúnebres referentes ao corpo do seu irmão Polinices. Tais certos, como caminhos obrigatórios e possíveis, se negam e se anulam e obrigatoriamente produzirão transgressão e castigo. A personagem opta pelo ritual fúnebre, por conseguinte, sofre o castigo imposto por desrespeitar o Estado. Antígona acerta e erra ao mesmo tempo. Não há solução, pois existe confronto irremediável. Diante da ação trágica, seja pela ignorância ou pela ciência dessa, a narrativa empreendida desperta afetos como terror e piedade, lembrando a arquição aristotélica, a qual ensina também que os heróis trágicos não são totalmente bons, nem ruins, mas, sim, são humanos (apesar pertencentes a estrato social elevado) e ao serem humanos cometem deslizes e sofrem consequências.

Em *Hegel e a tragédia*, Martin Thibodeau (2015) entende que a quebra da metafísica, no mundo moderno, simboliza forte elemento trágico. A redenção do sujeito em um outro plano rui e as ações históricas ganham peso. Acontece a dissociação entre divino, homem e natureza, pela perspectiva de Hegel retomada pelo filósofo contemporâneo a partir do dilúvio. Com a queda adâmica, Deus passa a ser inatingível, irrepresentável e abstrato – vale retomar a ausência de representatividade de Deus pelo judaísmo. O silêncio divino faz com que o ser humano se sinta jogado ao acaso. Assim, o elemento de desordem passa a ser temido e a ordem almejada, o que dá peso aos dogmas. Porém, lembremos que Gabriel-Uriel é o “anjo da desordem”.

A norma suprema e estática acontece quando o ser humano morre e renasce no plano divino, em que está a força antes inatingível, irrepresentável e abstrata e agora atingível, representável e concreta. Eis a determinação máxima. O filósofo português foi um dos primeiros, na era moderna, a interrogar sobre a imortalidade da alma, portanto, um dos primeiros a questionar a ordem máxima apontando possível ausência de *télos*, o que, cabe destacar, não equivale a negar o desejo de sentido, conforme expresso pelo narrador agustiniano ao distinguir a dinâmica entre amar a religião e detestar a disciplina. Ao transformar afirmações em perguntas, ao se abrir à dúvida, Gabriel-Uriel da Costa comete a desmedida.

As semear a discórdia por instaurar questionamentos, já que, na metáfora utilizada, Gabriel-Uriel representa o anjo da desordem, ele acabou excomungado duas vezes pelos rabinos da comunidade sefardita de Amsterdã e visto como um pária por quase vinte anos. O “fanatismo da razão absoluta” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 103) marca a caminhada do autor de *Propostas Contra a Tradição* até o suicídio em 1640. O completo produz a afirmação dogmática pelo imperativo da ordem e pela negação do arbitrário, como sinalizado no início de *O bicho da terra*. Acrescenta-se ao “fanatismo da razão absoluta” o fato de que Gabriel-

Uriel “estava farto dos «homens de deus» e das suas regras de pureza, da sua ortodoxia que encobria uma natureza rígida e extremista” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 147-148). Nesse sentido, cabe retomar o entendimento de Hannah Arendt (2012), em *Origens do totalitarismo*, de que os regimes totalitários precisam de indivíduos crentes que nunca questionam.

As argumentações do filósofo português abalam a ortodoxia pela heterodoxia à proporção que qualificam a desmedida dele e se existe transgressão, há punição e há sofrimento. Prometeu tem o seu fígado comido todos os dias, Édipo arranca os seus olhos, Antígona é enterrada viva. Eis uma parte do castigo de Gabriel-Uriel:

Ao encontrar a sinagoga cheia de gente e ao ser exposto ao castigo infame, suportou (talvez até com um prazer de concentração, porque a meta dos seus dias estava enfim à vista), impassível a todas as praxes, retratação pública, chicotadas que teve de aguentar seminu e com os sapatos descalços e as mãos atadas a uma coluna, a cabeça coberta em sinal de expiação e humildade. (BESSA-LUÍS, 1984, p. 320)

Causa terror e piedade a cena descrita. Afinal de contas, exigir 39 chibatadas consiste em reparar um mal por outro mal? Acabadas, o filósofo ainda deveria ser pisoteado por todos os membros presentes na Sinagoga. As ações de expurgação lançadas contra Gabriel-Uriel da Costa e a possibilidade de redenção pelo sofrimento auxiliam a entender o motivo pelo qual a romancista acentua que o sentido trágico que se apoderou da existência do pensador português. Apoderou-se dele, pois o filósofo biografado despertou, na comunidade sefardita, a dúvida, a desordem, a interrogação sem resposta, a heterodoxia. Esses elementos, da mesma maneira, qualificam a poética agustiniana, conforme discutido a partir dos elementos formais qualificadores do romance como enciclopédia aberta, por conseguinte, pela valorização da multiplicidade.

Agustina Bessa-Luís (1984) encerra *Um bicho da terra* discorrendo sobre dois conceitos que dão base a sua reflexão filosófica, o coração de pedra e o coração de carne. Aquele palpita no peito das religiões – pedra como sustentação e dogma. Lembremos que as palavras de Deus são escritas na pedra e que o coração de carne pulso no dos homens responsáveis pelas religiões. Na argumentação da romancista portuguesa, esses dois corações (irreconciliáveis?) batiam no peito do filósofo: “Ele chegara ao fim da sua interpretação de certa maneira messiânica; o coração de carne e o coração de pedra reuniram-se numa só espécie, sem contradição e sem confronto” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 323). Sem contradição e sem confronto dentro da lógica interna de Gabriel-Uriel, como anjo da desordem e como amante da religião; entretanto não batiam da mesma forma no peito da comunidade judaica, a qual o imputou de culpa até o desenlace marcado pelo suicídio de Gabriel-Uriel. O ato (auto)punitivo simboliza importante ação dentro da perspectiva trágica, como o faz Jocasta, em *Édipo*, mas também o suicídio, retomando perspectiva histórica e filosófica, se faz presente como meio de condenar a autonomia do pensar, conforme acontece com *Sócrates*, obrigado a se suicidar por corromper a juventude.

Considerações finais

Além do conceito de presença, o de sentido do trágico também se faz fundamental para entendermos *Um bicho da terra*, pois equivale ao trágico, já que aquele consiste na excrescência da manifestação deste, como elemento transistórico constitutivo da condição humana. No percurso reflexivo da obra de 1984 que vai do conceito de presença ao de trágico, informações diversas, de ordem filosófica, teológica, cultural, teórica e história se entrelaçam à medida que o narrador cirze a teia do romance como enciclopédia aberta. Por essa razão, ao longo destas reflexões, abordamos aspectos da poética de Agustina Bessa-Luís, com base nas discussões de Italo Calvino (1922), para investigarmos como o narrador faculta a multiplicidade enquanto realiza a radiografia existencial e espiritual de Gabriel-Uriel da Costa. Estamos, portanto, diante de uma obra exigente e que estabelece a multiplicidade como procedimento estrutural e argumentativo, como mecanismo o qual fomenta aberturas.

Evidenciou-se como o conceito de presença se faz fundamental para compreendermos a estrutura rizomática de *Um bicho da terra*, porque essa arquiteta a rede relacional e o elemento maximalista qualificadores do romance como enciclopédia aberta. Como exemplo, investigamos como informações são demandadas tomando como base um elemento cotidiano, como o nome da Rua de São Miguel do Porto. Para percorrermos essa teia relacional, em que se parte do micro para o macro, investigamos pontos da história da comunidade judia na Península Ibérica, por conseguinte, como as ações de diferentes monarcas quer da dinastia de Avis, quer do período filipino impactaram a vida da família Costa Brandão e, em maior grau, do povo judeu nessa região da Europa. Perspectivamente a configuração concêntrica qualificadora do romance como enciclopédia aberta, estabeleceu-se, em *Um bicho da terra*, a “história espiritual” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 67) de um filósofo, de um povo, de países e de uma religião.

Essa trajetória, outrossim, se fez necessária para refletirmos por que Agustina Bessa-Luís adota como eixo analítico a concepção de que o trágico apodera a existência de Gabriel-Uriel da Costa, o que abre outra gama de reflexões a serem interseccionadas. Por essa razão, refletiu-se sobre a diferença entre o trágico e a tragédia. Aquele – manifestado na tragédia – surge de diferentes formas, como a percepção de uma pergunta sem resposta, como desordem (desmedida) e como dois certos se chocando.

Entendemos que tanto as ideias, quanto a própria vida Gabriel-Uriel da Costa estão marcadas pelo certo do judaísmo, pelo certo do cristianismo e pelo certo da dúvida se completam e se chocam. Cada um desses pontos igualmente acarreta o desejo de questionar a ordem, logo, ser o anjo da desordem, desse modo, priorizar a heterodoxia frente à ortodoxia, conforme argumenta o narrador agustiniano. Ao realizar tal movimento reflexivo, o filósofo comete a desmedida, sofre a punição, que causa terror e piedade, e por fim se mata como ato final de uma vida apoderada pelo trágico.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BESSA-LUÍS, Agustina. *As pessoas felizes*. 2. ed. Lisboa: Guimarães, 2006.

BESSA-LUÍS, Agustina. *Um bicho da terra*. Lisboa: Guimarães, 1984.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 2. ed. Trad. de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CAMÕES, Luís Vaz. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1995.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. Trad. de J. Guinsburg, Geraldo Gerson de Souza e Alberto Guzik. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimarães, 1991.

THIBODEAU, Martin. *Hegel e a tragédia grega*. Trad. de Agemir Bavaresco e Danilo Vaz-Curado R. M. Costa. São Paulo: É Realizações, 2015.

NOTAS DE AUTORIA

Rodrigo Valverde Denubila (rodrigo.denubila@ufu.br) é Professor Adjunto A II vinculado ao Núcleo de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa (NUCLIT) do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Estudos Literários pela UNESP-Araraquara/Brasil. Desenvolveu tese sobre a romancista portuguesa Agustina Bessa-Luís investigando o romance como enciclopédia aberta. Na mesma instituição, realizou pesquisa de pós-doutoramento.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

DENUBILA, Rodrigo Valverde. *Um bicho da terra*, de Agustina Bessa-Luís: multiplicidade, história e sentido do trágico. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 27, p. 01-18, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir



contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 30/04/2022

Aprovado em: 28/08/2022

Publicado em: 09/12/2022

